



**FEMINISMOS E
INTERSECCIONALIDADES
DIÁLOGOS, PRÁTICAS
E RESISTÊNCIAS**

Gabriella Eldereti Machado
(Organizadora)



FEMINISMOS E INTERSECCIONALIDADES DIÁLOGOS, PRÁTICAS E RESISTÊNCIAS

Gabriella Eldereti Machado
(Organizadora)

1.^a Edição - Copyrights do texto - Autores e Autoras

Direitos de Edição Reservados à Editora Terried

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.



O conteúdo dos capítulos apresentados nesta obra são de inteira responsabilidade d@s autor@s, não representando necessariamente a opinião da Editora.

Permitimos a reprodução parcial ou total desta obra, considerado que seja citada a fonte e a autoria, além de respeitar a Licença Creative Commons indicada.

Conselho Editorial

Adilson Cristiano Habowski - ***Currículo Lattes***

Adilson Tadeu Basquerote Silva - ***Currículo Lattes***

Alexandre Carvalho de Andrade - ***Currículo Lattes***

Anísio Batista Pereira - ***Currículo Lattes***

Celso Gabatz - ***Currículo Lattes***

Cristiano Cunha Costa - ***Currículo Lattes***

Denise Santos Da Cruz - ***Currículo Lattes***

Emily Verônica Rosa da Silva Feijó - ***Currículo Lattes***

Fabiano Custódio de Oliveira - ***Currículo Lattes***

Fernanda Monteiro Barreto Camargo - ***Currículo Lattes***

Fredi dos Santos Bento - ***Currículo Lattes***

Guilherme Mendes Tomaz dos Santos - ***Currículo Lattes***

Humberto Costa - ***Currículo Lattes***

Leandro Antônio dos Santos - ***Currículo Lattes***

Lourenço Resende da Costa - ***Currículo Lattes***

Marcos Pereira dos Santos - ***Currículo Lattes***

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Feminismos e Interseccionalidades: Diálogos, Práticas e Resistências. Gabriella Eldereti Machado (Organizadora)
-- Alegrete, RS : Editora Terried, 2025.

PDF

ISBN 978-65-83367-52-5

1. Educação

24-225451

CDD-918.17

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 90.14
2. Ensino 90.9



TERRIED

www.terried.com

contato@terried.com

APRESENTAÇÃO

O eBook *Feminismos e Interseccionalidades: Diálogos, Práticas e Resistências* nasce da necessidade urgente de reunir vozes plurais, experiências vividas e saberes diversos que atravessam os estudos feministas contemporâneos. A obra se propõe como um espaço de escuta, encontro e produção de conhecimento que articula teoria e prática, comprometido com a transformação social e a justiça interseccional.

Vivemos em um tempo em que os debates sobre gênero, raça, classe, sexualidade, deficiência e territorialidades ganham potência ao se entrelaçarem nas lutas por equidade e dignidade. Neste sentido, este livro convida pesquisadoras(es), ativistas, docentes e estudantes a contribuírem com capítulos que reflitam sobre práticas transformadoras, investigações acadêmicas, epistemologias insurgentes e relatos de experiências que emergem da vida em sua diversidade e complexidade.

Nosso objetivo é reunir contribuições que evidenciem a riqueza e a força dos feminismos interseccionais — negros, indígenas, decoloniais, comunitários, periféricos, com deficiência, entre outros — reconhecendo os múltiplos marcadores sociais que estruturam desigualdades e que, ao mesmo tempo, mobilizam formas de resistência e reinvenção do mundo.

Este livro é também um chamado à escuta ativa, à construção de alianças e à escrita comprometida com a transformação das estruturas opressoras que atravessam os corpos, os territórios e os saberes. Acreditamos na potência dos feminismos interseccionais como caminhos de resistência, cuidado, justiça e reconstrução de futuros possíveis.

Seja bem-vinda(o/e) a este espaço de trocas, narrativas insurgentes e práticas comprometidas com a vida.

SUMÁRIO

Capítulo 1

Políticas de Gênero e Esporte na América Latina: Avanços, Desafios e Perspectivas Interseccionais.....7

Gabriella Eldereti Machado

Capítulo 2

Ser Mulher, Ser Negra: Reflexões sobre a Saúde Mental das Mulheres Negras no Brasil.....12

Maria Isabel Soares Barros

Ana Clara Custódio de Melo

Capítulo 3

Moda e Corporalidade Drag: A Produção de Diferentes Expressões Artísticas.....28

Rafaela Oliveira

Sobre a Organizadora.....38

CAPÍTULO 1

POLÍTICAS DE GÊNERO E ESPORTE NA AMÉRICA LATINA: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS

Gabriella Eldereti Machado

Resumo: Este artigo analisa as políticas de gênero no campo esportivo na América Latina, considerando os avanços legislativos, os desafios institucionais e as dinâmicas socioculturais que afetam a participação de mulheres e pessoas LGBTQIA+ nas práticas esportivas. A partir de uma abordagem interseccional, investiga-se como raça, classe, sexualidade e identidade de gênero atravessam a formulação e a implementação dessas políticas. Conclui-se que, apesar de avanços normativos significativos, persistem desigualdades estruturais que demandam ações integradas, com ênfase na educação, representatividade e financiamento equitativo. Palavras-chave: Gênero; Esporte; Políticas públicas; América Latina; Interseccionalidade.

INTRODUÇÃO

Historicamente, o esporte latino-americano foi estruturado como um espaço de reprodução da masculinidade hegemônica, da cisnormatividade e do racismo institucionalizado. Como alerta Silvia Federici (2017), a organização dos corpos nas sociedades capitalistas modernas está profundamente entrelaçada com a exploração e o controle dos corpos das mulheres. No esporte, isso se traduz em normas, práticas e representações que limitam o acesso das mulheres e de pessoas LGBTQIA+ aos espaços de protagonismo, seja na prática esportiva, na gestão ou na cobertura midiática.

Com base nessas reflexões, este artigo busca compreender os avanços e limites das políticas públicas voltadas à equidade de gênero no esporte latino-americano, propondo uma análise interseccional como ferramenta crítica (COLLINS, 2016; GOMES, 2017).

GÊNERO E ESPORTE: UM BREVE PANORAMA LATINO-AMERICANO

A participação das mulheres no esporte, ainda que crescente, continua a ser atravessada por inúmeros obstáculos sociais e simbólicos. Judith Butler (1990) problematiza a construção performativa dos gêneros e nos convida a compreender como as identidades são reguladas por normas culturais. No campo esportivo, isso se manifesta, por exemplo, nos estereótipos que atribuem masculinidade a certas modalidades e fragilidade a outras, o que restringe a autonomia das mulheres sobre seus corpos e suas escolhas esportivas.

Estudos como o de Maria José Guerra Palmero (2012) destacam que a marginalização das mulheres no esporte é reforçada por uma cultura institucional que naturaliza desigualdades e reproduz uma hierarquia de valores baseada em padrões eurocêntricos e heteronormativos. No caso da América Latina, isso se intensifica pela intersecção com o colonialismo e com as desigualdades raciais e territoriais.

POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO: AVANÇOS RECENTES

Diversos países latino-americanos têm implementado políticas para promover a igualdade de gênero no esporte, com distintos graus de sucesso:

Brasil: A recente Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597/2023) estabelece princípios de inclusão e equidade, mas sua aplicação prática ainda é tímida frente à dimensão das desigualdades. A pesquisadora Silvana Goellner (2003) aponta que as iniciativas brasileiras carecem de continuidade, fiscalização e investimento adequado.

Argentina: A profissionalização do futebol feminino em 2019 foi resultado direto da mobilização de atletas e ativistas feministas. No entanto, como alerta Andrea D'Atri (2018), as conquistas institucionais só se sustentam com pressão popular e organização coletiva, o que continua sendo um desafio frente à precarização das atletas.

Chile e Colômbia: Ambos os países avançaram com planos nacionais que incluem a perspectiva de gênero, mas enfrentam desafios semelhantes: pouca representatividade feminina em cargos decisórios, escassez de recursos e violência institucional contra atletas.

Como afirma Sueli Carneiro (2003), a igualdade formal não garante a igualdade real quando os sujeitos mais vulnerabilizados continuam invisibilizados nas decisões políticas. Assim, políticas que ignoram os marcadores interseccionais apenas reproduzem um modelo universalista excludente.

INTERSECCIONALIDADE E ESPORTE: CORPOS INVISIBILIZADOS

A interseccionalidade, conceito cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989) e aprofundado por Patricia Hill Collins (2016), é fundamental para compreender as múltiplas formas de opressão que se cruzam no campo esportivo. Mulheres negras, indígenas, trans e com deficiência enfrentam barreiras mais complexas do que aquelas enfrentadas por mulheres brancas cisgênero.

Nilma Lino Gomes (2017) defende a urgência de políticas públicas que considerem as desigualdades raciais e o lugar dos corpos negros nas estruturas sociais. No esporte, isso se reflete na sub-representação de atletas negras em modalidades de elite, na ausência de treinadoras negras em cargos de liderança, e na reprodução do racismo nos discursos midiáticos.

Além disso, o debate sobre a inclusão de pessoas trans no esporte expõe os limites da binariedade de gênero nas normas esportivas. Judith Butler (2004) problematiza os critérios biológicos usados para legitimar a participação de corpos trans, alertando para os riscos de reforçar o controle sobre a identidade e o corpo do outro. O esporte precisa urgentemente superar paradigmas essencialistas para acolher a pluralidade das existências.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Apesar dos avanços legislativos, persistem desafios estruturais, tais como:

- Resistência institucional a políticas afirmativas e à diversidade de gênero.
- Falta de dados estatísticos desagregados por gênero, raça e identidade de gênero, o que dificulta diagnósticos precisos.
- Baixo investimento em modalidades femininas e minoritárias.
- Naturalização da violência simbólica no cotidiano esportivo.

Como indicam Roldán e Murillo (2020), os movimentos feministas e decoloniais têm papel fundamental na reconfiguração das práticas esportivas, ao introduzirem novas epistemologias, valorizando saberes locais e coletivos, e rompendo com a lógica hierárquica e excludente do esporte tradicional.

A construção de políticas mais efetivas requer não apenas vontade política, mas a incorporação ativa de sujeitos historicamente marginalizados nos processos de formulação e gestão pública. Isso inclui atletas, treinadoras, lideranças comunitárias e pesquisadoras que vivenciam cotidianamente as interseções entre gênero, raça e classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de gênero e esporte na América Latina caminham em meio a tensões, conquistas e retrocessos. É evidente que avanços legais e institucionais ocorreram nas últimas décadas, mas ainda se trata de um campo marcado pela reprodução de desigualdades históricas e por estruturas que resistem à mudança.

A incorporação da interseccionalidade como eixo das políticas esportivas é uma necessidade ética, política e epistemológica. Mais do que inserir mulheres em estruturas já existentes, é preciso transformar essas estruturas a partir de uma lógica de justiça social e equidade substantiva.

O esporte, enquanto prática social e cultural, possui um potencial transformador quando aliado à educação crítica, à diversidade e à escuta ativa. Como afirma bell hooks (1994), a pedagogia libertadora começa quando rompemos com o silêncio imposto e damos voz às experiências oprimidas. É nesse caminho que as políticas de gênero e esporte podem contribuir para a construção de sociedades mais justas e plurais.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Gender Trouble*. New York: Routledge, 1990. BUTLER, Judith. *Undoing Gender*. New York: Routledge, 2004.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de doutorado. USP, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. *Interseccionalidade como crítica social*. São Paulo: Boitempo, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color.” *Stanford Law Review*, 1991.

D’ATRI, Andrea. *O Patriarcado do Salário*. São Paulo: Boitempo, 2018.
FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução*. São Paulo: Elefante, 2017.

GOELLNER, Silvana Vilodre. “Mulheres e Esporte no Brasil: Novas reflexões sobre velhas questões.” *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 25, n. 2, 2003.

GOMES, Nilma Lino. *Movimentos sociais e educação: desafios da democracia participativa*. Petrópolis: Vozes, 2017.

GUERRA PALMERO, Maria José. “Género, deporte y ética: una aproximación feminista.” *Ágora*, v. 21, n. 2, 2012.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1994.

ROLDÁN, Ana Lucía; MURILLO, Andrea. *Feminismos y deportes: experiencias desde América Latina*. Bogotá: Editorial Universidad Nacional, 2020.

CAPÍTULO 2

SER MULHER, SER NEGRA: REFLEXÕES SOBRE A SAÚDE MENTAL DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL

Maria Isabel Soares Barros¹
Ana Clara Custódio de Melo²

INTRODUÇÃO

Partindo da premissa que o Brasil é um país racista³ e misógino⁴, não sendo fruto apenas de uma herança do processo de colonização e escravização, mas de relações intencionais da modernidade e da sociedade capitalista, que se beneficiam com as desigualdades raciais e/ou de gênero, produzidas. Em decorrência disso, essas temáticas foram silenciadas e apartadas da devida centralidade do debate durante a maior parte da história, buscando compor a agenda de estudos que vem sendo fortalecida na academia acerca das questões anteriores, iremos realizar o movimento de Sankofa.

A Sankofa é derivada da união de duas palavras “sanko”, significa voltar e “fa” significa buscar, trazer. Ela origina-se de um provérbio africano tradicional entre os povos de língua Akan: “se wo were fi na wosan kofa a yenki” que pode ser traduzido para o português por “não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu” (Fiocruz, 2018). Dessa forma, a Sankofa é miticamente representada na fi-

1 Assistente social e mestranda em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba. Pós graduada em Relações de gênero, raça e etnia e em Políticas públicas e direitos sociais, ambas pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER.

2 Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Unifacisa.

3 Entendendo que “No Brasil, o racismo — enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas — passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravatura, na medida em que beneficiou e beneficia determinados interesses” (Gonzalez, 2020, p. 28).

4 “A palavra misoginia remete às partículas do grego “miseó” e “gyné” que, podem ser traduzidas, respectivamente, como “odiar” e “mulher” [...] A misoginia age, portanto, separando as mulheres úteis ao patriarcado daquelas que começam a criar problemas, punindo, preferencialmente, as últimas” (Anjos, 2020, p. 402-408).

gura de um pássaro pelicano com o corpo voltado para a frente e a cabeça virada para trás, fazendo referência sobre a importância de seguir em frente, mas ciente e comprometido com o passado. Sendo assim, a Sankofa nos impulsiona a reconhecer a necessidade de recuperar aquilo que no passado foi relativizado, renegado, para assim seja posto na ordem do dia, semeando no presente e construindo um futuro. É esse o movimento que desejamos realizar para a efetiva centralidade do debate das questões de gênero e de raça. Pois, a demanda impulsionada pelas profissões estão emergentes no cotidiano profissional e também nos resultados de pesquisas que buscam entender o movimento da realidade. Importante destacar a Sankofa, porque ela inspira produções como essa.

Esse artigo, portanto é uma união de duas áreas de conhecimento: o Serviço Social e a Psicologia, apesar de serem profissões com atribuições e competências profissionais distintas, elas frequentemente estão articuladas e desenvolvem trabalhos na equipe multidisciplinar em vários campos de atuação, como por exemplo, educação, assistência, saúde, sociojurídico, entre outros. Também de maneira particular, unindo os estudos desenvolvidos pelas autoras nas temáticas de gênero e raça, para compreender o processo e efeitos do adoecimento mental das mulheres negras. Utilizando-se da interseccionalidade, contribuindo assim para uma agenda antirracista, antimanicomial, anticapitalista, antipatriarcal e antisexistista na academia e na atuação profissional de ambas as profissões.

Teremos como objetivo geral analisar de que forma as relações de raça e gênero influenciam a saúde mental das mulheres negras no Brasil. Para atingir o objetivo estabelecido, recorreremos a revisão bibliográfica e documental. Além da introdução, das considerações aproximativas finais e da bibliografia, o artigo está estruturado em duas seções que apresentam a fundamentação teórica. Na primeira seção trataremos sobre uma contextualização histórica, demarcando momentos sobre a construção do ser negra e ser mulher na sociedade brasileira. Na segunda seção trataremos sobre as consequências desse processo para a saúde mental das mulheres negras na atualidade. Dessa maneira, não abordando as seções de forma segmentada, mas articuladas dentro da concepção de totalidade e historicidade.

SOB O PESO DA HISTÓRIA: MULHERES NEGRAS NO CONTEXTO HISTÓRICO DO BRASIL

O Brasil, especificamente, possui particularidades que o diferenciam de outras relações raciais no mundo, o passado escravocrata de outras nações “sempre lembrou violência e arbítrio, no Brasil a história foi reconstruída de forma positiva, mesmo encontrando pouco respaldo nos dados e documentos pregressos” (Schwarcz, 2012, p. 42). O racismo torna-se um elemento-chave, estabelecendo-se como estrutural e estruturante na construção social, histórica, política, econômica e cultural. Gonzalez (2020), sinaliza esse fenômeno e o nomeia de “racismo à Brasileira”, tendo em vista que o racismo se desenvolve no seio da sociedade brasileira de maneira mascarada e covarde, pois apesar de existir e ser praticado, ele é fortemente negado, sendo sua prática naturalizado ou enveredado para a subjetividade individual. E, caso supostamente não consiga, em determinada situação, continuar escondendo, atribui à concepção de suave e ameno, sem implicações para o processo de formação do país.

Schwarcz (2012, p.79), evidencia que uma das especificidades do racismo no Brasil é o caráter não oficial assumido, enquanto outras nações adotaram legislações que garantiam a discriminação racial legalmente, como por exemplo o apartheid, no Brasil não há nenhuma referência explícita à discriminação racial desde a proclamação da República. Mas esse fato não implica que as legislações não tenham afetado negativamente a população negra nas entrelinhas. Com isso, fomenta o mito da democracia racial, ao afirmar que todos são iguais e possuem as mesmas oportunidades, basta o esforço individual.

Esses fatores são imprescindíveis para identificar a sofisticação e a perversidade desenvolvida em promover à população branca um lugar de poder/dominação e em mantê-lo, enquanto impõem a subalternidade à população negra, tratada como pele alvo. A história é contada parcialmente, sob as orientações e interesses da classe dominante que é branca, cristã, heteronormativa, patriarcal e capitalista. Esse processo oculta os verdadeiros acontecimentos da história e impõe seus interesses disfarçados de conquistas para a população subalterna, seguindo a ideologia eurocêntrica.

Por volta de 1500, os portugueses invadiram o Brasil, saquearam e cometeram variados tipos de violências possíveis aos povos originários de diferentes etnias que já habitavam o território, com suas próprias práticas de cultura, alimentação, religião, linguagem, relacionamentos e tradições. Por esse motivo, é desmistificado o argumento de que os portugueses descobriram o país, mesmo que pareça redundante e simplório é necessário destacar que, só é possível descobrir algo que ninguém ainda conhece. Como os povos originários já habitavam o território, o que ocorreu foi uma invasão. De acordo com o dicionário, invasão é o “ato de penetrar (em local, espaço etc.), ocupando-o pela força”⁵, assim não há como negar que se trata de uma ação criminosa. Outro marco é a abolição da escravidão, intencionalmente distorcida, sendo difundida “como uma dádiva, no sentido de presente da monarquia, e não uma conquista popular” (Schwarcz, 2012, p. 40) de movimentos negros, e uma consequência necessária para implantação do sistema capitalista no Brasil.

É importantíssimo compreender essa demarcação histórica para desmistificar a cordialidade dos colonizadores, retratados como descobridores do Brasil que educaram e salvaram os indígenas do suposto atraso, vistos como selvagens. Ao repensarmos os fatos, fica evidente que as verdadeiras práticas selvagens, como matar, estuprar, roubar e contaminar propositalmente com doenças, foram práticas dos colonizadores. Essas ações atingiram inicialmente a população indígena e, posteriormente, a população negra sequestrada de países do continente africano para ser escravizada no Brasil.

De acordo com Fanon (2020), os colonizadores para institucionalizar o racismo, criaram duas “zonas”, e as definem como “zona do ser” e do “zona do não ser”, condicionando a “zona do não ser” para a população negra, negando a sua humanidade e portanto legitimando sua submissão aos pertencentes a “zona do ser”. Com isso, estabelecendo o bem (branco) e o mal (negro), o bonito (branco) e o feio (negro), o padrão branco ideal, aceitável, desejável, identificando como humano, e os que não se encaixam nesse padrão racializado foram animalizados e coisificados. A prática do racismo vai para além de ofensas, trata-se de um sistema que nega direitos e impõe limite às escolhas, com o passar do tempo assume novas formas e contextos, que apesar de difusos, estão fortemente ativos.

⁵ O conteúdo foi gerado após pesquisa “invasão significado” no Google, o dicionário fornecido é da Oxford Languages.

Ao impor a dupla condição de subalternidade (racismo e sexismo) às mulheres racializadas, o estupro colonial torna-se um fator base para o processo de colonização. A violência sexual durante a história foi cometida tanto pelos “colonizadores” contra as mulheres indígenas quanto, posteriormente, pelos “senhores de engenho” contra as mulheres escravizadas. Ao se considerarem os donos integralmente dessas mulheres, o poder e o domínio que exerciam nesses corpos, não se limitava apenas na escravização da força de trabalho, mas também na dominação dos seus corpos. Dessa forma, iniciava-se uma dupla violência sofrida pelas mulheres negras: o racismo e o sexismo. Um exemplo é o “direito da pernada”, prática comum no Brasil colônia, “esse direito determinava que um senhor feudal pudesse desflorar uma recém-casada na sua noite de núpcias – a “primeira noite” – em virtude de uma lei ou costume que o permitia” (Baun, 2022, p.32).

Os trabalhos destinados às mulheres escravizadas eram iguais aos homens escravizados, entretanto, os castigos aplicados as que infringissem as regras, ultrapassavam a intensidade dos impostos aos homens, “uma vez que não eram apenas açoitadas e mutiladas, mas também estupradas” (Davis, 2016, p. 36). Essas práticas, assim como os decorrentes estupros ocorridos, eram concedidos como direito do proprietário e, portanto, inquestionáveis. Dessa forma, “a escravidão se sustentava tanto na rotina do abuso sexual quanto no tronco e no açoite [...] A licença para estuprar emanava da cruel dominação econômica e era por ela facilitada, como marca grotesca da escravidão” (Davis, 2016, p. 180).

Esses estupros resultaram em várias gestações de filhos, conhecidos como os bastardos, ou seja, filhos não reconhecidos, ficando sob total responsabilidade da mãe escravizada. As escravizadas eram vistas como uma “incubadoras para geração de outros escravos” (Lima, 2015, p. 21), o que resultava em mais força de trabalho. Portanto, a miscigenação é o resultado dessa violência, cometida pelo estupro colonial, frequentemente romantizado e justificado pelos desejos masculinos, agudizados por culpa da mulher. Essa culpa é associada ao fenótipo da mulher negra, ao seu corpo, suas curvas e à ideia preconceituosa e sexualizada da “cor do pecado”, como costumam falar que indicam provocação.

No Brasil patriarcal e escravocrata, o sexo se deu como um elemento “mediador” entre o senhor e a escravizada [...] a miscigenação se deu num ambiente sexualizado. [...] falamos de uma miscigenação pautada pela violência (física, psíquica, simbólica, econômica) contra as mulheres negras, as quais sofriam violência sexual (Lima, 2015, p. 20-21).

Na Casa Grande foi estabelecida uma divisão social, racial e sexual dos cuidados do lar e das pessoas que ali habitavam. As mucamas, mais conhecidas como as mães pretas, além de escravizadas para o trabalho doméstico, também eram as que criavam os filhos das brancas, mas elas não exerciam a função materna. O direito de maternar era negado a essas mulheres, admitindo realizar o cuidado para a criança branca ao mesmo tempo que era inviável maternar o seu próprio filho. Com essa negação, foi inviabilizado o cuidado para a criança negra, distanciando e enfraquecendo vínculos essenciais. Desse modo, a criança herda a condição de escrava da mãe, “essas eram imposições dos proprietários, eles mesmos pais de muitas crianças escravas. [...] Desse modo, inúmeras famílias escravizadas foram desfeitas à força” (Davis, 2016, p. 25-27).

Assim, para a mulher negra, ao mesmo tempo em que lhe é negado o lugar enquanto mulher, há uma cobrança contraditória para a assimilação das responsabilidades, papéis e atribuições destinada às mulheres. Como por exemplo, a predisposição ao cuidado, aos bons costumes, ao trabalho não reconhecido e não remunerado ou, quando remunerado, com valores inferiores aos que normalmente seriam pagos a outros(as) trabalhadores(as).

Desmistificando também a convivência dos escravizados com esse modelo de estruturação, para além dos quilombos, ocorreram inúmeras revoltas que também são ocultadas da história. Silva (2024, p.227), destaca uma outra forma de resistência pouco abordada contra a escravização: as mortes voluntárias, ou seja, os suicídios. Havia “com base nas crenças ancestrais o regresso destes à África espiritual, libertando-os, assim, da opressão imposta pelos escravizadores”, o catolicismo, enquanto religião imposta à população negra, passou a utilizar a “premissa do suicídio como pecado morta e não como oportunidade de salvação” (Silva, 2024, p.230). Essa visão era conveniente aos escravizadores, pois os recorrentes casos foram “fonte de preocupação para os escravizadores, tanto pelo receio de revolta, quanto pela perda de mão de obra e prejuízos econômicos” (Sil-

va, 2024, p.235). Esse mecanismo estava mais a serviço da economia escravista do que de fato preocupado com a vida. Nesse contexto, as mulheres resistiam à escravidão igualmente, desempenhando um papel crucial na resistência. Em muitos casos “envolvia ações mais sutis do que revoltas, fugas e sabotagens. Incluía, por exemplo, aprender a ler e a escrever de forma clandestina, bem como a transmissão desse conhecimento aos demais” (Davis, 2016, p. 36).

O Feminismo Negro surge por embates com o Feminismo essencialmente branco, onde essas mulheres tiveram que construir um movimento feminista próprio que atendesse a sua realidade, pois não se identificavam com as pautas do até então feminismo, que atendia apenas as necessidades das mulheres brancas, como por exemplo, a questão do acesso ao mercado de trabalho. Enquanto as feministas brancas estavam lutando para conseguirem o direito a trabalhar fora do ambiente doméstico, as mulheres negras já realizavam a muito tempo, desde que nascem elas são impostas a essa condição e de maneira natural.

RACISMO, GÊNERO E SAÚDE MENTAL: A REALIDADE DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL

A contextualização histórica é necessária para que compreendendo essas implicações, possamos identificar a causalidade dos altos índices e demarcar fatores importantes para nossa análise. Logo, dentro dessa perspectiva, as mulheres negras possuem seus corpos e subjetividades atravessados pela zona do não ser, ou seja, não apenas lhe é negado sua feminilidade e maternidade, como também possui seu corpo e sua subjetividade marcada pela exploração e opressões de gênero, raça e classe em seu cotidiano (Nogueira, 2024).

Logo, esse lugar destinado aos corpos negros e, principalmente, para a mulher negra, trata-se de uma destruição da subjetividade e uma negação da pluralidade. Com base nisso, Rachel (2023) afirma que os navios negreiros são a primeira expressão de um manicômio no Brasil, sendo uma imposição não apenas de uma morte física, como também psíquica. A psiquiatria e o saber médico do colonizador contribui para a noção de “classes perigosas”, sempre voltada à negação dos negros, buscando pacificá-los, retirá-los e apagá-los da identidade nacional (Nogueira, 2024). Portanto, é evidente que as bases do manicômio estavam presentes muito antes da criação do Hospício Pedro II em 1852.

Assim, utilizaram-se da ciência como instrumento de discriminação, o que Fanon (2020) denominou de “linguagem colonizadora”, ou seja, utilizar-se dos meios de comunicação, por exemplo, o próprio discurso, como ferramenta de opressão e discriminação. Um exemplo disso é o médico Nina Rodrigues, que defendia a ideia de que a responsabilidade pelo crime não era possível atribuir aos negros, pois estes não tinham consciência do dever, o que, segundo ele, revelava uma anormalidade mental nos mestiços do Brasil e por isso, deveriam ter penas mais leves (Silva; Fonseca, 2024).

Nesse sentido, com base nas desigualdades e nas consequências advindas dos processos de discriminação racial, torna-se fundamental pensar o racismo no campo da saúde mental, tendo em vista que quando o objetivo de satisfazer as expectativas brancas não é alcançado, o prazer de estar e ser em um corpo negro é colocado como algo secundário (Souza, 1983).

Devido à relevância da pauta, com base no princípio da universalidade do Sistema Único de Saúde (SUS), o Ministério da Saúde, em 13 de maio de 2009, por meio da Portaria nº 992, instituiu a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, que tem como objetivo garantir maior igualdade na efetivação do direito humano à saúde, atentando para as consequências da desigualdade racial no atendimento à pessoa negra (Brasil, 2017). Em pesquisa realizada por Santos (*et al.*, 2023), revela que:

Essa política revelou a necessidade da construção de mecanismos de promoção da saúde integral de pessoas negras, possibilitando a superação de barreiras estruturais e institucionais que impedem cotidianamente que possam usufruir de direitos básicos.

As consequências dessa realidade são alarmantes no âmbito da saúde mental. Uma pesquisa realizada por Smolen e Araújo (2017) revelou que a prevalência de Transtornos Mentais Comuns (TMC) é significativamente maior entre pessoas negras (51,6%) em comparação às brancas (37%). Ao considerar um recorte de gênero, escancara-se uma realidade ainda mais cruel, observa-se que os sintomas de depressão foram mais frequentes em mulheres negras (52,8%) do que em mulheres brancas (42,3%). Esses dados refletem a sobreposição de opressões de raça e gênero, que colocam as mulheres negras em situações de vulnerabilidade, sendo resultado de uma sociedade racista e patriarcal.

A visão predominante da sociedade sobre a mulher negra é de que tudo associado a ela é negativo, e seu lugar enquanto mulher é marcado pela inferioridade. Não apenas durante o processo de escravização as mulheres negras eram desumanizadas e erotizadas, mas também, nos dias atuais, continuam sofrendo com a imposição de estereótipos impostos a elas (Mizael; Barrozo; Hunziker, 2021). Como, por exemplo, estereótipos que associam às mulheres negras a características como força, capacidade de trabalho, dominância, sensualidade e raiva. Esses estereótipos reduzem a mulher negra à sua raça e gênero.

Passos (2023) afirma que foi criado um imaginário social de que as mulheres negras possuem uma capacidade muito maior de suportar a dor do que outras mulheres. Essa ideia de “mulher negra forte” pode ser prejudicial, pois generalizam que todas as mulheres negras são “fortes” o suficiente para suportar quantidades excessivas de estresse, podendo impactar as relações interpessoais e levar essas mulheres a suprimir suas emoções (Lewis; Mendenhall; Harwood, 2012). Por conseguinte, é contraditório que, ao mesmo tempo em que lhe é cobrada uma “força de mulher”, a mulher negra também é animalizada e coisificada, colocando-a na “zona do não ser”. Esse imaginário social e colonialista visa manter a exploração de mulheres negras em diferentes espaços, além de reforçar a desumanização dessas mulheres, negando-lhe direitos básicos, como o descanso e o cuidado de si.

A subordinação de gênero, classe e raça são antecedentes ao sistema capitalista, como sinalizamos no primeiro item deste artigo, sendo frutos da colonialidade. No entanto, algumas das bases que sustentam esse sistema é a subordinação entre os indivíduos, resultando em mais possibilidades de explorar e dominar. Para tal compreensão, é necessário entender o modo de produção capitalista não somente enquanto modo de produção que influencia e controla a economia, mas um sistema ideológico que desempenha seus interesses na dominação da cultura, social, político, etc.

Os maiores lucros são possibilitados tanto pela superexploração do trabalho doméstico não remunerado e/ou mal remunerado - que garante, em grande medida, a reprodução da força de trabalho sem grandes custos ao Estado capitalista', quanto por meio dos empregos precarizados e desprestigiados socialmente -, os considerados femininos- que possibilitam uma força de trabalho mais barata para o sistema (Cisne, 2012, p. 133-134).

Nesse sentido, a emancipação da mulher que passa pelo seu reconhecimento enquanto sujeita, significa a construção de uma nova sociedade, com mudanças nos papéis desempenhados na família. Automaticamente, essa emancipação, por sua vez, implica a ruptura com o capitalismo e seus mecanismos coercitivos de exploração e subordinação atribuídos às mulheres. De acordo com Angela Davis (2017), “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras; muda-se, assim, a base do capitalismo”⁶.

Em consonância com Cirne (2012, p.132), compreende-se que é indispensável, para as análises de gênero, a incorporação da luta de classes e vice-versa. Pois se a luta de classes for “dissociada dessa dimensão de gênero, não garantirá a conquista da liberdade, daí a necessidade de se articular, no plano teórico e político, as dimensões de classe e gênero”.

Ademais, Martins, Lima e Santos (2020) destacam que a exposição recorrente a discriminação racial, onde suas características são desvalorizadas e rebaixadas, causam impactos significativos e negativos na autoestima das mulheres negras. Essa conjuntura torna-se alarmante ao considerar o papel central da autoestima na proteção à saúde mental em contextos de discriminação. As microagressões sofridas não apresentam uma influência direta na saúde mental, entretanto, o seu efeito é indireto, pois elas afetam a autoestima, que, por sua vez, afeta a saúde mental (Martins; Lima; Santos, 2020).

Pensando nisso, Martín-Baró (2021), propõe uma mudança de perspectiva sobre a saúde mental e os transtornos mentais, a fim de que o foco seja no impacto dos acontecimentos que afetam as relações humanas sobre a saúde mental de um povo. Por isso, pensar em saúde mental e cuidado, nesse contexto, implica reconhecer que as mulheres negras enfrentam de forma constante e estrutural a interseção entre o racismo e o sexismo. Essas opressões não apenas as expõem a eventos traumáticos e estressantes, como a violência de gênero, o racismo e a exclusão social no decorrer de toda suas vidas, mas também perpetua um ciclo que as coloca em maior vulnerabilidade.

⁶ Famosa frase declarada por Angela Davis no Encontro Internacional sobre Feminismo Negro e Decolonial na cidade de Cachoeira na Bahia em 2017 . Conferir em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html.

Saúde mental trata-se de uma relação entre as pessoas e os grupos, tendo em vista o caráter histórico do ser humano e a existência elaborada em uma rede de relações (Martín-Baró, 2021). Os transtornos mentais, tornam-se respostas a situações de grande sofrimento mental.

A dor negra faz parte da manutenção do repertório da destruição instituída pela ontologia do colonizador; Isso significa que há uma produção constante de sofrimento psicossocial que contorna as experiências negras e, que, pode levar ao adoecimento. Portanto, essa produção permanente de dor contribui para que as mulheres negras permaneçam em lugares sociais de sujeição e subordinação (Passos, 2023, p. 86).

As mulheres negras são colocadas em situações de adoecimento não apenas físico, como também psíquico. Portanto, pensar, transformar e mudar as estruturas misóginas, racistas e patriarcais não é apenas uma questão política, mas também um compromisso social da psicologia. Logo,

Se a base da saúde mental de um povo encontra-se na existência de relações humanizadoras, de vínculos coletivos nos quais e pelos quais se afirma a humanidade pessoal de cada um e não se nega a realidade de ninguém, então a construção de uma sociedade nova (...), é também por princípio um problema de saúde mental (Martín-Baró, 2021, p. 314).

Apesar de ser um compromisso social da Psicologia, ressalta-se que a Psicologia foi uma das áreas que mais tardiamente considerou as relações raciais, principalmente, a psicologia clínica (Gouveia; Zanello, 2019). Para realizar esta pesquisa, foi difícil encontrar estudos que apresentassem dados estatísticos sobre a saúde mental das mulheres negras, o que revela que, independentemente da relevância desse tema para a sociedade brasileira como um todo, ele ainda é despercebido propositalmente, sendo o “racismo à brasileira”.

Portanto, é evidente que o racismo construiu um Brasil marcado pela marginalização e discriminação da população negra, sendo inegável o impacto disso na saúde mental. Assim, por ser papel da Psicologia Social Latino-americana a construção de uma nova sociedade, mais humana e mais justa (Martín-Baró, 2021), é necessário que a formação de psicólogos se atente a entender e atender esse sofrimento específico, sobretudo, das mulheres negras que é perpassada por diferentes. Vale ressaltar que o Código de Ética da Psicologia (2005) estabelece nos Princípios Fundamentais, que:

O psicólogo baseará seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos (...). O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CFP, 2005).

É necessário, assim, uma educação que promova o pensamento crítico dos alunos, para que analisem de forma crítica e cuidadosa a realidade que as pessoas estão inseridas. Para que, no futuro, suas práticas promovam a libertação de opressões que levam as mulheres negras à “não existência” e que reforçam um ciclo de adoecimento psicológico, sendo assim, é fundamental romper com uma psicologia colonizada e começar a “materializar a dor: ela tem sexo, cor de pele, classe social, idade” (Gouveia; Zanello, 2019).

CONSIDERAÇÕES APROXIMATIVAS FINAIS

A escravidão foi um sistema patriarcal, heteronormativo, branco, fundado na superioridade do homem branco não apenas na esfera pública da política e da economia, mas principalmente na esfera privada, de domínio e controle sobre as mulheres brancas e a população negra. Essa relação constrói características próprias e imutáveis da construção do masculino e feminino - ambos na perspectiva de população branca-. Ao masculino, atribui-se o sinônimo de líder, forte, portador de racionalidade e inteligência, sendo dominante tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Ao feminino, associa-se o sinônimo de emocionalmente fraca, seguidora de regras e desprovida de capacidade intelectual, cabendo-lhe apenas o espaço da esfera privada, ainda assim em posição subordinada. Na perspectiva da população negra, ambos eram destinados às características de irracionalidade.

As implicações das discussões de gênero, não se resumem apenas à dimensão sexual, mas englobam também questões de raça, etnia, classe, entre outras. Quando essas especificidades não são abordadas, a compreensão da realidade torna-se parcial e limitada.

A divisão sexual do trabalho, ou seja, a divisão dos trabalhos entre o homem e a mulher, hierarquizando e naturalizando profissões, é fator central para a exploração do capitalismo sobre o trabalho. A experiência de trabalho das mu-

lheres negras continua sendo majoritariamente os trabalhos domésticos em domicílio, cabendo a elas ainda a esfera privada. Apesar do mercado de trabalho gerar uma sobrecarga para as mulheres, elas lidam com uma dupla jornada, pois socialmente as tarefas domésticas nunca foram redistribuídas.

Portanto, unindo as dimensões de classe e gênero, pode-se observar que as mulheres negras são atravessadas pela violência de gênero, pelo racismo e pela exclusão social ao longo de toda a sua vida. A elas é destinado o “não lugar” enquanto mulheres e negras, sendo colocadas à margem de uma sociedade racista e patriarcal, com o objetivo de manter a exploração física e mental dessas mulheres em diferentes espaços.

Nesse cenário de desumanização, retirada de direitos básicos, exploração da força de trabalho e perpetuação do racismo, a Psicologia assume um compromisso social que deve ir além de discursos superficiais e da sala de aula. É imprescindível que a profissão leve em consideração o que é dito no Código de Ética, que reconheça criticamente as marcas e cicatrizes de um passado escravocrata, colonialista e sexista. Além disso, que analise criticamente as consequências desse passado até os dias atuais e os desafios para a possibilidade construções de um futuro melhor para essas mulheres, visando efetivamente contribuir para a edificação de uma sociedade mais justa e equitativa.

É evidente que esse processo não será fácil, especialmente quando se consideram as raízes históricas do país e da profissão. Entretanto, é imprescindível a presença da Psicologia e do Serviço Social nessa luta. Assim, torna-se urgente a formação de profissionais que estejam atentos e comprometidos com essas questões, garantindo que haja espaço e escuta para a dor dessas mulheres que foram deslegitimadas, desassistidas e desumanizadas.

Apesar da relevância do tema, foi difícil encontrar pesquisas que abordassem esse recorte de gênero e raça. Ressalta-se, entretanto, a importância desse enfoque e de estudos quantitativos que permitam dar visibilidade à dor e ao sofrimento da mulher negra, colocando questões como essas como fundamentais, visando a contribuição na construção de políticas públicas efetivas para esse público.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Júlia Cavalcanti Versiani dos. **Misoginia como retórica política: o caso do movimento antissufragio**. Revista *Ártemis*, vol. XXX nº 1, p. 401-421, 2020.

BAUN, Ana E. Ortega. **O direito de pernada, lenda negra do feudalismo**. National Geographic, 2022. Disponível em: https://www.nationalgeographic.pt/historia/o-direito-pernada-lenda-negra-do-feudalismo_2956. Acesso em: 13 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma Política do SUS**. Brasília, 2017.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CFP (Conselho Federal de Psicologia). **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, 2005.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. /tradução Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FIOCRUZ. **Projeto Sankofa discute as questões e relações étnico-raciais**. 2018. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/projeto-sankofa-discute-questoes-e-relacoes-etnico-ra-ciais#:~:text=Sobre%20o%20Sankofa&text=Como%20um%20s%C3%ADmbolo%20Adinkra%2C%20Sankofa,desenho%20similar%20ao%20cora%C3%A7%C3%A3o%20ocidental>. Acesso em: 13 jan. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. (Org. Flávia Rios, Marcia Lima). 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOUVEIA, Marizete; ZANELLO, Valeska. **Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: Experiências e percepções de mulheres negras**. *Psicologia em Estudo*, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/42738/751375149075>. Acesso em: 22 jan. 2025.

LEWIS, Jioni A.; MENDENHALL, Ruby; HARWOOD, Stacy Anne. **Coping with Gendered Racial Microaggressions among Black Women Colleg Students**. *Journal of African American Studies*, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/257770473_Coping_with_Gendered_Racial_Microaggressions_among_Black_Women_College_Students. Acesso em: 21 jan. 2025.

LIMA, Milena Guesso Leão de. **A inserção das mulheres negras no mundo político eleitoral: uma análise sobre a sua representatividade nas Assembleias Legislativas dos estados da Bahia e São Paulo**. 2015. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós- Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo – SP, 2015.

MARTINS, Tafnes Varela; LIMA, Tiago Jessé Souza de; SANTOS, Walberto Silva. **O efeito das microagressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras**. *Ciência & Saúde Coletiva* [Internet], 25(7), 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020257.29182018>. Acesso em: 19 jan. 2025.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 2021.

MIZAEEL, Táhcita Medrado; BARROZO, Sarah Carolinne Vasconcelos; HUNZIKER, Maria Helena Leite. **Solidão da Mulher Negra: Uma revisão da literatura**. *Revista da ABPN*, v.13, n.38, p. 212-239, 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1270>. Acesso em: 17 jan. 2025.

NOGUEIRA, Ana Carolina Bondezan. **Mulheres negras, violência e saúde mental**. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*. Rio de Janeiro, v.22, n. 54, pp. 220-225, 2024. Resenha da obra: PASSOS, Rachel Gouveia. *Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão*. São Paulo: Hucitec, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.80436>. Acesso em: 15 jan. 2025.

PASSOS, Rachel Gouveia. **Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão**. São Paulo: Hucitec, 2023.

SANTOS, Gabrielle Christine; BRISOLA, Elizabeth Brown Vallim; MOREIRA, Diva; TOSTES, Guilherme W.; CURY, Vera E. **Impacto do Racismo nas Vivências de Mulheres Negras Brasileiras: Um Estudo Fenomenológico**. *Psicologia: Ciência e Profissão* [Internet], 43, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003249674>. Acesso em: 17 jan. 2025.

SILVA, Rafael Matheus de Jesus da; FONSECA, Dagoberto José. **“Tragam-me a cabeça de Antônio Conselheiro”: As teorias raciais em Nina Rodrigues e o fetichismo na Justiça Criminal**. *In: Anais* [recurso eletrônico] I Seminário Discente PPGH. Universidade Federal da Bahia, v.11, n.11, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rhufba/article/view/60986>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SILVA, Vardilei Ribeiro da. **Por que não se matar? O interdito do suicídio dos escravizados por meio da substituição do imaginário religioso.** Revista Em Favor De Igualdade Racial. Rio Branco - Acre, v.8, n.1, p. 225 - 242, jan/mar. 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/6879>. Acesso em: 20 jan. 2025.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Edições Graal, v.4, 1983.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto, nem branco, muito pelo contrário.** São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SMOLEN, Jenny Rose; ARAÚJO, Edna Maria de. **Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática.** Ciência e Saúde Coletiva, 22(12), 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320172212.19782016>. Acesso em: 17 jan. 2025.

CAPÍTULO 3

MODA E CORPORALIDADE DRAG: A PRODUÇÃO DE DIFERENTES EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Rafaela Oliveira¹

Resumo: Este capítulo analisa as corporalidades drag como produtoras de expressões artísticas dissidentes que rompem com normas de gênero fixas e essencialistas. A partir de uma etnografia realizada entre os anos de 2019 e 2023, no circuito *on-off-line* drag de Santa Maria/RS, investiga-se como diferentes identificações, incluindo pessoas cis, trans, travestis e pessoas não binárias de gênero, desenvolvem performances através da “montação” de corporalidades drag, e criam estéticas marcadas pela moda, pela teatralidade e por experimentações com (ou contra) os signos de gênero. Em oposição às concepções naturalizadas de identidade, estas experiências revelam subjetividades múltiplas e transitórias, bem como provocam reflexões sobre os modos como nos vestimos, nos expressamos e nos identificamos. Por fim, a análise articula gênero, arte e performance ao ressaltar intersecções entre estética, política e dissidência.

Palavras chave: Drag; Moda; Corporalidades; Gênero; Dissidências.

INTRODUÇÃO

Drags são personas artísticas que podem ser corporificadas por homens, mulheres, travestis, pessoas trans e pessoas não binárias de gênero de diferentes identidades sexuais; através do processo prévio da “montação”² de corporalidades, personagens desenvolvem diferentes representações e performances teatrais (OLIVEIRA, 2019, 2024). Assim, Drags brincam com expressões de gênero, ou com a ausência intencional dos signos de gênero, em suas performances e apresentam, então, diferentes expressões artísticas em si e que emanam de si, como a

¹ Professora da rede básica de ensino, mestra e doutora em Ciências Sociais pelo PPGCSociais da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

² Produzir corporalidades drag.

pintura, a moda, a performance, dentre outras. Sua peculiaridade reside na temporalidade transitória da corporalidade fabricada para a intenção artística das/os personagens. No entanto, o pensamento comum é permeado por perspectivas essencialistas que compreendem a formação das identidades dos/as sujeitos/as como dados da natureza e, portanto, universais (LOURO, 2004; GROSSI, 1998); engendrando pensar que as materialidades biológicas dos corpos definem as expressões e as identidades de gênero. É nesse sentido que modos de vida em torno dos gêneros e das sexualidades que transbordam a lógica essencialista são incompreendidos e rejeitados em contextos de abjeção (BUTLER, 2010).

Ao partir da perspectiva de que somos sujeitos/as constituídos/as de diferentes identificações (HALL, 2006), pois a “topografia da subjetividade é multidimensional” (HARAWAY, 1995), objetivo neste trabalho, baseada em minha pesquisa etnográfica no circuito de práticas *on-offline* drag de Santa Maria/RS desenvolvida entre os anos de 2019 e 2023 no curso de doutoramento, descrever os processos de produção das corporalidades drag que culminam em distintas expressões artísticas, sobretudo, relacionadas com as modas e as dissidências de gênero. Através da apreensão de diferentes concepções de moda materializadas nas corporalidades e indumentárias produzidas, as/os artistas levam-nos a refletir sobre a multiplicidade das nossas identificações demarcadas também na forma como nos vestimos ou trans(vestimos). Este trabalho, ao abordar práticas drag em relação com uma perspectiva interseccional (BRAH, 2006), evidencia os cruzamentos entre estética, política e dissidência, ressaltando como as práticas artísticas dessas corporalidades performáticas tensionam normas sociais e ampliam o entendimento sobre identificações e expressões de gênero.

CORPORALIDADES DRAG: UMA DESCRIÇÃO

Drags são personas artísticas corporificadas por sujeitos/as que possuem diferentes identificações de gênero e sexuais; vivenciam a experiência da “montação” para empreenderem em performances teatrais e/ou na própria diversão, dentre outras motivações. Frequentemente, homens montam-se como Drag Queens, teatralizando femininos, mas, além de atualmente fazer-se drag não pressupor determinada identidade de gênero e sexual, dentre inúmeras possibilidades

de identificações, são, por exemplo, também teatralizados masculinos pelos Drag Kings, e corpos e personas não binárias de gênero pelos Drag Queens. Nesse sentido, a “montação” da corporalidade drag constitui-se como processo central para as tomadas de identificações, como Queen, King, Queer, dentre outras, e de acordo com o campo desta pesquisa.

As maneiras de se efetivar as “montações” historicamente recorrentes fazem parte das distintas possibilidades observadas, que expressam diferentes compreensões sobre como fazer de si drag, sobretudo não centradas em apenas construir e teatralizar aspectos tidos como femininos. De fato, as primeiras descrições sobre a produção das corporalidades drag referem-se à referida recorrência; assim, a “montação” tradicionalmente descrita e geralmente desenvolvida por Drag Queens envolve cintas modeladoras para a cintura; mais de uma calcinha ou short articulado a fita adesiva para a dissimulação do pênis ou, conforme o termo nativo, para “aquendar a neça”, bem como a depilação dos pelos das pernas ou a utilização de meias-calças. Dependendo da performance pretendida, usam cinta-liga, pijamas, camisolas; também maiôs e *collants* que, articulados a sutiãs, sustentam enchimentos feitos de meias-calças para a produção de seios; maquiagem ou próteses de seios também são utilizadas. As meias-calças, somadas aos *paddings* ou enchimentos de espuma, além de engrossarem as pernas, produzem novos formatos e tamanhos de quadril. Os calçados usados geralmente são compostos de saltos altos, finos e com plataformas no solado.

Na maquiagem, o desenho da sobrancelha é encarado como o princípio da maquiagem drag. Algumas Drag Queens raspam os pelos das sobrancelhas, outras utilizam técnicas para a criação de sobrancelhas sem a raspagem, como utilizar cola de bastão nos pelos das sobrancelhas, selar com talco e finalizar com base; com lápis ou sombra para os olhos, novas sobrancelhas são desenhadas. Com maquiagem, produzem sobrancelhas de desenhos variados, pele de tom uniforme, lisa e livre da barba; o nariz recebe novos contornos, afinando-o ou diminuindo-o; os lábios tornam-se maiores com contornos possibilitados pelo lápis labial; nos olhos utilizam delineados, sombras, cílios postiços e, em alguns casos, lentes de contato que alteram sua cor. Findando-se a produção da corporalidade drag com as perucas, *wigs* ou *laces*, bem como as indumentárias, muitas vezes feitas e refeitas pelas próprias artistas, que são pensadas conforme suas estéticas e as performances que desejam realizar.

No entanto, foi observado também que nada na “montação” da corporalidade drag configura-se como uma regra fixa inalterável. Algumas artistas não se depilam, como os Drag Kings que criam diferentes desenhos de barba no rosto, como bigode, cavanhaque, “barba por fazer”; sendo uma das formas possíveis de criação destas barbas a utilização de maquiagem ou a combinação de água, tinta acrílica e escova de dente para posterior desenho de pelos sobre a pele; também fabricam barbas com cola Acrilex e “pelos” feitos de mechas dos cabelos dos próprios artistas. Com maquiagem, aumentam o desenho de suas sobrancelhas, desenhando novos contornos para o rosto deixando-o mais quadrado e, o nariz, através de contornos específicos, pode tornar-se maior. Através de material feito de meias, meias-calças ou próteses de silicone, fabricam volume referente ao pênis. Dependendo da “montação”, com faixas de tecido ou fitas adesivas ocultam os seios; cada seio é levado em direção oposta, próximo às axilas, e fixado com fita adesiva ou faixa de tecido, de forma que, no centro do peitoral, não apareçam mais os mamilos e o volume dos seios fique reduzido; com maquiagem, desenhando formas que remetem ao peitoral masculino.

Nem sempre Drag Queens se depilam e retiram a barba. Uma Drag Queen pode manter a barba, algo presente na cena drag santa-mariense. O mesmo ocorre em relação ao uso de meias-calças e “aquendar a neca”. Algumas Drag Queens usam meias-calças, enchimentos e “escondem a neca”; outras não. Em algumas ocasiões, fabricam seios, mas nem sempre. Geralmente, as Drag Queens que se depilam afirmam gostar do formato das suas pernas e descartam o uso das meias-calças e enchimentos para a modelagem do corpo. A peruca pode ou não ser utilizada. Algumas vezes, as Drags utilizam o próprio cabelo ou a cabeça raspada. Para outras Drags, o momento de colocar a peruca representa a “cereja do bolo”. Assim, há “montações” em que são mescladas indumentárias e “makes drag” tidas como femininas em um rosto com barba, bem como o uso de indumentárias tidas como masculinas e “make” feminina, somada à “montação” com saltos, volume de “neca” e longos fios dos cabelos sintéticos. Drags Queer mesclam, quando não ignoram, aspectos característicos das “montações” de Drag Queens e Kings, extrapolando intencionalmente as normas de gênero sobre como vestir-se também para tornar-se drag. É importante dizer que algumas Drag Queens e Kings, sem autodenominarem-se Drags Queer, também compreendem suas performances e “montações” como transgressivas às normas de gênero³.

3 Para imagens destes tipos de corporalidades Drags ver: (OLIVEIRA, 2023, 2024).

A PRODUÇÃO DE DIFERENTES EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Diferente das travestis, pessoas trans e pessoas não binárias de gênero, transformistas, drags e *crossdressers* vivenciam o deslocamento das identificações de gênero pela via da funcionalidade artística e de acordo com os seus desejos (JESUS, 2012). Conforme interlocutora, “a Drag é uma expressão artística”, pois “é o meio em que várias artes podem ser expressas, como a moda, a performance, a pintura”. Afirmo, então, que a Drag é um “painel de referências ambulantes”, ao compreender que a obra de arte não seria a artista em carne e osso, mas as várias expressões que carrega em si ao corporificar-se como drag. A Drag, enquanto artista, empreende em performances e representações teatrais que também desenvolvem expressões artísticas sobre os modos de vestir-se conforme os gêneros.

As produções das corporalidades que culminam em personas drag variam muito, mas são sempre corporalidades criadas por distintas coisas. Segundo Miller (2013, p. 200), “as coisas fazem as pessoas tanto quanto as pessoas fazem as coisas”; então, os trechos, os troços e as coisas nos criam e, nesse sentido, a indumentária não é algo superficial. Diferente das perspectivas que pensam em um eu interior como o lugar em que o verdadeiro ser de uma pessoa reside, afirma o referido autor que “todos nós somos cebolas; quando se descascam nossas camadas, descobre-se que não resta absolutamente nada” (MILLER, 2013, p. 22). Assim, o real ser de uma pessoa reside também na superfície, pois as roupas e as maquiagens, por exemplo, imprimem nossas estéticas criadas através dessas coisas que criamos e usamos. Segundo Miller (2013, p. 38), as roupas pessoais “constituem o principal intermediário entre nossos corpos e nossa percepção do mundo exterior”, pois, como diria Le Breton (2011), reduzimos o mundo ao corpo pelo simbólico encarnado.

Através desta experiência etnográfica, é evidente a produção de novas corporalidades drag que culminam em distintas identificações, como Queen, King, Queer, dentre outras. Assim, Drags brincam com as expressões de gênero, ou com a ausência intencional dos signos de gênero, em suas performances, e apresentam, então, diferentes expressões artísticas em si e que emanam de si, como a moda. A moda, quando pensada para além do ato da vestimenta, reve-

la-nos também as distintas maneiras pelas quais os/as sujeitos/as se expressam e se localizam no mundo; historicamente, a vestimenta foi projetada para adequar-se às normas de gênero e de sexualidade (CRANE, 2006). Assim, queimar sutiãs em manifestações feministas é mais que um ato simbólico: diz respeito à quebra das amarras que podem se materializar também através das vestimentas. Nesse sentido, é relevante pensarmos: como ficam os/as sujeitos/as que não se enquadram nas maneiras de se vestir conforme as normas socioculturais de gênero e sexualidade?

Tal reflexão permite que pensemos acerca das corporalidades e das performances drag. As narrativas das/os interlocutoras/os são permeadas por desejos que se relacionam também com a vontade de vestir algo proibido conforme suas identificações de gênero e sexualidade. Um interlocutor, homem cis, afirma que sempre gostou da moda tida como feminina; seu desejo residia no ato de poder usar em si sutiãs, cintas-ligas, maquiagens e vestidos, e encontrou no fazer drag uma maneira para materializar seus desejos, construindo para si outra corporalidade, bem como outra persona. Sua Drag Queen é ele “desmontado” “na potência dez”. A transitoriedade artística lhe permite dar vazão aos seus desejos, sempre negociados conforme os espaços que virá a ocupar “montada” ou “desmontada”. Já outra interlocutora compreendeu, em determinado momento da sua vida, que poderia dar vazão à sua identificação como mulher trans fazendo de si, primeiramente, Drag Queen. Pela via da funcionalidade artística, encontrou modo de iniciar negociação com a família sobre sua identificação como mulher trans. Neste caso, a vestimenta feminina constituiu o primeiro passo, bem como a primeira conquista para a realização de si conforme sua identificação de gênero.

E, nestes processos de corporificar em si desejos que transgridem normas essencialistas sobre modos de vida em torno dos gêneros e das sexualidades, há aprendizados que são gradualmente adquiridos para tornar-se drag. Assim, a “montação” das corporalidades aguarda a vestimenta de indumentárias para a sua finalização. Neste campo de pesquisa, as/os interlocutoras/os afirmam que, além do aprendizado de “aquendar a neça” e a produção das maquiagens drag, por exemplo, há o aprendizado do ofício de costureiras para a produção dos seus figurinos. Estes aprendizados se dão através de tutoriais na internet,

bem como através de dicas trocadas entre Drags. Algumas Drags, inclusive, se especializam mais em maquiagem, outras mais em costura, ou na produção de perucas, e compartilham, muitas vezes, esses trabalhos em forma de escambos nas redes de trocas drag.

Nestas redes, os figurinos também contam histórias, como um vestido de casamento reconstruído como indumentária drag, que, após o falecimento da Drag criadora do vestido, foi vestido por outras Drags como forma de homenagear a “mana” e amiga que um dia foi a Drag que costurou e deu vida ao referido vestido, que um dia também foi o vestido do casamento de alguém. Os aprendizados aqui referidos dizem respeito também aos marcadores sociais da diferença (BRAH, 2006), que imprimem diferentes estéticas e compreensões sobre como transvestir-se artisticamente e, assim, fazer de si drag. Conforme a geração, a raça, a classe e os gêneros das interlocutoras, estas estéticas são construídas. Nesse sentido, as indumentárias são reutilizadas e refeitas, mas o próprio ato de reconstruir indumentárias pode exigir capitais, como o tempo, o dinheiro para eventuais itens necessários para a reconstrução, as coisas a serem compartilhadas na referida rede de trocas, dentre outros capitais. Tal fato determina que algumas interlocutoras repitam suas indumentárias e que outras as reinventem com maior recorrência.

Estes marcadores também informam as distintas concepções de moda das interlocutoras, que se associam à cultura do glamour pop, mas também do carnaval e das brasilidades daí oriundas, como as religiões de matriz africana e suas estéticas nas indumentárias. Ainda, no que toca ao gênero, é importante ressaltar que as identificações das artistas como pessoas não binárias de gênero, por exemplo, alteram diretamente a maneira como compreendem o (trans)vestir-se para tornar-se Drag. Assim, são contestados também velhos padrões nas formas de se corporificar Drag, frente à transgressão intencional de algumas Drag Queens e, sobretudo, dos Drag Queers. A moda e o tempo inscrevem-se, portanto, de forma ativa nas construções drag. Não são expressões artísticas passivas, mas alteradas no decorrer do tempo e conforme as maneiras de se posicionar frente às normas de gênero e sexualidade — através também das modas.⁴

⁴ Para imagens de figurinos Miss Drag associado às divas pop e/ou ao carnaval e brasilidades ver: (OLIVEIRA, 2021, 2023).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

As corporalidades drag, enquanto expressões performáticas e artísticas, atuam também como dispositivos de deslocamento e crítica às normatividades de gênero e sexualidade. Corporificadas por sujeitos/as diversos/as, cis, pessoas trans, travestis e não binárias, essas práticas não apenas transformam o corpo, mas reconfiguram os sentidos de identidade, identificação, beleza e pertencimento. Ao incorporar diferentes linguagens estéticas, como a moda, a maquiagem e a teatralidade, as corporalidades drag produzem novas formas de estar no mundo, assim como tencionam fronteiras entre o real e o fabulado, o normativo e o dissidente.

Com base na referida etnografia, foi possível observar como tais performances não apenas divertem ou entretêm, mas questionam e desestabilizam concepções essencialistas sobre os corpos e os gêneros. Experimentações drag, ao rejeitarem a lógica da fixidez identitária e ao operarem pela estética da fluidez, produzem um campo fértil de criação política e cultural, no qual os corpos tornam-se palcos de reinvenção. Assim, em contextos onde a naturalização das identidades ainda opera como força hegemônica, a arte drag emerge como contranarrativa, recusando a biologia como destino e afirmando a performatividade como criação. Este capítulo buscou evidenciar que as modas e os modos de vida drag não apenas refletem dissidência, mas são, em si, práticas ativas de resistência, fabulação e enunciação de mundos outros, em que o gênero pode ser um jogo, uma paródia, um protesto, uma arte.

Ao fim, reitero que o estudo das práticas drag, ao cruzar arte, política e estética, nos permite repensar as bases sobre as quais construímos o que entendemos por identidade, identificação, corporalidade e pertencimento. E talvez resida aí, justamente, sua maior potência: nos convidar a imaginar outras formas de vida possíveis.

REFERÊNCIAS

- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CRANE, Diana. **A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas**. São Paulo: Senac, 2006.
- GROSSI, Miriam. Pillar. Identidade de Gênero e sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, p. 1-18, 1998.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n.5, p.7-41, 1995.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília: Autora, 2012.
- LE BRETON, David. **Antropologia do corpo e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MILLER, Daniel. **Trecos, Troços e Coisas: estudos antropológicos sobre cultura material**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- OLIVEIRA, Rafaela Borges. **Tem babado novo na rede: um mergulho no circuito Drag on-offline de Santa Maria/RS**. 2019. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.
- OLIVEIRA, Borges. Rafaela. “Quando estou montada posso ser o que eu quiser”: corporalidades e identificações nas experimentações drag de Isabelly Popovick. **FOTOCRONOGRAFIAS**, v. 7, p. 66-80, 2021.
- OLIVEIRA, Rafaela Borges. **Corporalidades e identificações no interior do Rio Grande do Sul: devires drag mediados pelas tecnologias digitais**. 2023. 205 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

OLIVEIRA, Rafaela Borges. Personagens de montar: fotoetnografias com drag queens. **Proa: Revista de Antropologia e Arte**, Campinas, SP, v. 14, e024002, maio 17, 2024.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Eldereti Machado

É Licenciada em Química pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar - Campus Alegrete (2015) e Pedagoga pelo Centro Universitário Facvest - Unifacvest (2020). Especialista Educação Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (2016), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (2018). Atualmente é Discente do Programa de Pós - Graduação em Educação - Doutorado em Educação na Universidade Federal de Santa Maria. Participou do Grupo de Estudo e pesquisa Feministas (UFSM); do Grupo de Estudos em Políticas e Gestão Educacional (IFar - Campus Alegrete); do Grupo de Agroecologia Terra Sul (UFSM). Atualmente participa do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial do Pampa (IFar - Campus Alegrete) e atua como pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Imaginário Social - GEPEIS (UFSM). Trabalha na área da Educação, com ênfase na Formação de Professores e Imaginário Social.



FEMINISMOS E INTERSECCIONALIDADES DIÁLOGOS, PRÁTICAS E RESISTÊNCIAS

Gabriella Eldereti Machado
(Organizadora)